

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao trigésimo dia do mês de Junho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar B e *online* através de videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://meet.google.com/cyw-ipte-wfo>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Assembleia de Eleição do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais**: **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF)**: Titular – Jane Vasques; **Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC)**: Titular – Danilo Peres Buss; **Secretaria de Estado da Educação e Esporte (SEED)**: Suplente – Lucélio Helder Cherubim; **Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho (SEJUF/DAS)**: Titular – Edson Luiz Machado de Camargo; **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP)**: Titular – Cláudio Marques Rolin e Silva; **Conselheiros da Sociedade Civil**: **Cáritas Brasileira Regional Paraná**: Titular - Marcia Terezinha Ponce; **Serviço Pastoral dos Migrantes em Curitiba - SPM**: Titular - Ivete Bussolo; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná – CRP**: Titular - Gabriela Carvalho Teixeira; **Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PR 11ª Região**: Titular - Kassia Lorena Fernandes Cordeiro; Suplente - Juliana Mara da Silva. **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa**: Suplente - Gislaíne da Rosa. **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular - Rockmilys Basante Palomo; Suplente - Pablo Jose Marquez Centeno. **Demais participantes da reunião**: Graziella Molina (SEJUF/DEDIF); Isabella Traub; Marina (Cáritas de Maringá); Éder; Janaina Cristina (FAS); Juliana Tubini; Evlin Gamra – Secretária Executiva; Aieda (OAB); Elizete Sant’Anna de Oliveira. **1. Abertura**: Inicialmente, Danilo informou que temporariamente a Secretaria Executiva do CERMA será comandada pela Andréia Corat, pois a Evlin entrará em período de férias. **2. Apreciação e Aprovação das Pautas**: Danilo solicitou que a pauta ‘Reorganização das Comissões’ seja debatida logo após a aprovação da ata de Maio, pois é um tópico fundamental para o funcionamento do conselho. Gabriela indicou que foi solicitada a inclusão de pauta da Associação dos Estrangeiros de Maringá. Márcia solicitou uma inclusão de pauta referente uma proposta de na próxima reunião convocar o pessoal de sistema da CELEPAR por conta de algumas situações que vêm acontecendo em algumas secretarias - como a ausência de identificação da nacionalidade. A pauta e suas respectivas inclusões supracitadas foram aprovadas. **3. Aprovação da Ata de Maio de 2022**: A ata foi previamente encaminhada para todas (os) e aprovada em pleno sem ressalvas. **4. Reorganização das Comissões**: Danilo destacou que um material de apoio para reorganização das comissões foi elaborado e encaminhado junto com a pauta, indagando assim, se Márcia ou Gabriela pretendem mudanças após a última reunião na distribuição enviada. Gabriela solicitou que seja apresentado na vídeo conferência o arquivo com a composição das comissões. Neste documento consta as competências de cada comissão e suas composições. Segue a composição descrita no documento e lida pelo Presidente Danilo: “**Comissão de Comunicação e Eventos - Composição**: Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS)/CASA CIVIL Titular –



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Denilto Laurindo Suplente – Orlando Bonette Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) Titular – Danilo Peres Buss Suplente – Elietti de Souza Vilela Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana – AERM Titular – Ronelson Furtado Balde Suplente – Cleudenir Vinhaes Associação Irmandade Sem Fronteiras Titular – Rockmilys Basante Palomo Suplente – Pablo José MarquezCenteno. **Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos - Composição:** Mitra Arquidiocese de Curitiba Pastoral Carcerária Titular – Lucas Henrique Pereira Duarte Suplente – Leandro Corsi da Silva Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) Titular – Kássia Lorena Fernandes Cordeiro Suplente – Juliana Mara da Silva Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF/DEDIF) Titular – Jane Cristina Vasques Suplente – Kelly Letchakowski Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) Titular – Cláudio Marques Rolin e Silva Suplente – Mônica Meister Grabarski Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF/DAS) Titular – Edson Luiz Machado de Camargo Suplente – Luciane Taline da Costa. **Comissão de Gestão da Informação - Composição:** Serviço Pastoral dos Migrantes em Curitiba – SPM Titular – Ivete Bussolo Suplente – Hermes Pergher Cáritas Diocesana de Ponta Grossa Titular- Laise Milena Barbosa Suplente – Gislaíne da Rosa Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) Titular – Odilon Ribas Filho Suplente – Natália de Souza Vilela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) Titular – Lenir Aparecida Mainardes da Silva Suplente - Richard Alexandre Mota Dinkchaysen Como observadores OIM, PUC/PR, PF e UFPR. **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas - Composição:** Cáritas Brasileira Regional Paraná Titular – Márcia Terezinha Ponce Suplente – Luiza Solera Roberta Gagliardi Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) Titular – Gabriela Carvalho Teixeira Suplente – Rima Awada Zahra Serviço Pastoral dos Migrantes Francisco Beltrão Titular – Cleuza Aparecida Monteir Giusti Suplente - Erceli Pagnussato Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) Titular – Jefferson de Oliveira Salles Suplente – Lucélio Helder Cherubim Secretaria de Estado da Saúde (SESA) Titular – Lucimar Pasin de Godoy Suplente – Rosane Souza Freitas. **Grupos de Trabalho. Comissão de Gestão de Informação:** Alan Furlan (Instituto de Educação do Paraná); Isabella Traub; Izabel Neckel (PUCPR); Kelly Letchakowski (CEIM); Renato Souza (CAEBE).” Gabriela sugeriu que seja realizada uma troca entre governamental e sociedade civil na Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos. Jane se dispôs a realizar a troca com a Rockmilys e ir para a Comissão de Comunicação e Eventos, cedendo a ela sua representação na Comunicação de Denúncias e Garantia de Direitos. Édson também se dispôs a realizar a troca, sem problema algum. Danilo ressaltou que as comissões não serão sempre paritárias devido ao número de conselheiros (as) e que acredita não haver prejuízo às atividades devido a não paridade. Gabriela indicou que não vê problema, mas que enquanto conselho, terá que estar mais presente nas ações que a Secretaria vêm desenvolvendo, pois sente que os últimos eventos organizados no Estado foram muito distantes da participação do conselho e das suas entidades participantes. Márcia propôs



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

que a participação da Associação Irmandade Sem Fronteiras seja mantida nas duas comissões, sendo a titular responsável por uma pasta e a suplente por outra. A Rockmilys e o Pablo acataram a sugestão de participar das duas comissões. Portanto, será incluído na Comissão de Comunicação e Eventos a SEJUF/DAS e a Associação Irmandade Sem Fronteiras na Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos. Por fim, Danilo colocou em votação a composição apresentada com suas respectivas mudanças supradescritas. Não houve ressalvas e portanto, a composição das comissões foi aprovada por unanimidade. **4. Conferência Estadual:** Gabriela informou que essa pauta foi debatida no fim da gestão anterior e a princípio a Conferência estava prevista para Julho, portanto, faz-se necessário resgatar o debate sobre o tema para trazer de volta seus objetivos e forma desde o início. Jane informou que quando a Ana Felícia lhe passou a coordenação da política, a Conferência estava no mesmo ponto de antes, não havendo nenhuma novidade, nem data ou novas ações. Danilo sugeriu que o tema seja 'permanente' nas discussões das reuniões para que ele não fique de fora, colocando como proposta de sua realização no começo de 2024. Gabriela concordou, pois até 2024 haverá um acúmulo de resultados/ações e apresentar um relatório do monitoramento - como feito na última conferência. Danilo destacou os meses de Abril ou Maio de 2024 para a realização da Conferência Estadual. Márcia destacou que o conselho pode utilizar de normativas/formas de Conferências Nacionais para se basear e criar a Conferência Estadual. Juliana Tubini mencionou que o Fórum de Comitês e Conselhos Estaduais foi estruturado a partir de uma provocação do COMIRAT/RS, portanto, espera-se que o Fórum seja consolidado como um espaço de articulação entre os comitês/conselhos, mas também um espaço fortalecido para articular junto ao Conselho Nacional. Visto isso, ainda não há uma previsão de uma Conferência Nacional nos próximos anos - apesar de se pensar na perspectiva de um novo governo nos próximos anos - e os conselhos/comitês e sociedade civil - em âmbito local e municipal - podem começar a capitanear o processo de escuta e pautar a construção de uma política nacional, sendo o Fórum um espaço importante para dar voz a este processo. Márcia indicou que há outro espaço de impacto que é a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados no Congresso Nacional, presidida pelo Deputado Túlio Gadelha, podendo assim, começar a fazer essa movimentação via Fórum para mobilizar uma Conferência Temática Nacional. Danilo sugeriu que o GT de Acompanhamento do Plano seja item de pauta na próxima reunião e que seja discutida sua composição. **5. Regimento Interno:** Gabriela indicou que esse é um debate antigo do conselho para mudar a participação dos migrantes, pois é notório que o Regimento Interno impede a participação de alguns migrantes por exigências no momento da eleição, como a exigência de CNPJ de 02 anos, mas não somente essa questão, sendo necessário uma revisão de todo o documento. Portanto, a proposta do mandato anterior é da criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento Interno. Márcia complementou que a proposta saiu da última reunião da Mesa Diretiva e que não visava somente a revisão do Regimento Interno, mas também da Lei de Criação do Conselho, pois a ideia era de que a lei passasse por algumas alterações,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

dentre elas: de que pudesse avaliar a possibilidade do conselho não ser mais paritário, mas tripartite. Danilo destacou que as alterações no regimento interno são mais simples, logo, a alteração da lei e do colegiado tripartite é algo que deverá ser melhor avaliado sua necessidade. Isto posto, Danilo indagou se ao não permitir que as pessoas que têm interesse em atuar - ainda que desvinculadas de uma entidade - estaria prejudicando a discussão... Pois a questão de limitações temporais são encontradas em outros conselhos, sugerindo assim a título de organização de eleição, otimizar a etapa anterior a indicação da entidade ou exigir - essa sendo uma ação da secretaria - que as indicações sejam provenientes de discussões prévias na entidade. Márcia explicou que o conselho tripartite não seriam usuários individuais que irão concorrer às cadeiras, mas entidades, formalizadas, sendo as mesmas organizações. Portanto, a questão de sugerir o conselho tripartite se deve à observação de que se continuar neste mesmo formato haverão as representações das secretarias intactas, mas uma disputa da sociedade civil com os próprios mandatários da política - que são os migrantes. Portanto, Márcia sugeriu que a questão seja analisada com mais cuidado durante as reuniões do Grupo de Trabalho. Gabriela reiterou a fala da Márcia destacando que o assunto deve ser amplamente debatido, pois há a preocupação de quem irá participar das eleições devido a algumas instituições do campo migratório que não são 'sérias', sendo essencial um espaço para qualificar este debate/lei e consequentemente os trabalhos do conselho. Rockmillys sugeriu que seja elaborada uma campanha - com apoio do conselho - para disseminar sobre os trabalhos e ações realizadas pelo CERMA e demais instituições com enfoque em migrantes e refugiados no Paraná, pois segundo ela há muito desconhecimento destas instituições e como funcionam. Elizete destacou via *chat*: *"Isso que a Rockmilles, entra naquela perspectiva de um processo de formação e capacitação... como foi realizado no início das atividades do Cerma e quando ainda era Comitê."* Cláudio Marques lembrou a todos (as) sobre a Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de Dezembro de 1998 que fala sobre a questão das pessoas que atuam nos direitos humanos e seus respectivos 'grupos', podendo o CERMA utilizar-se desta resolução para sanar as questões referentes às participações ativas de migrantes no conselho. Rockmillys disse via *chat*: *"Dentro de Nos migrantes existe muita desinformação e desconhecimento das instituições que estão lutando pelos nossos direitos é por isso que convido vocês a nos ajudar para a divulgação de informação das mesmas para nossa comunidade migrante. É urgente e necessário a maior participação de migrantes nestes espaços. vou dar um exemplo, na apresentação do plano de políticas públicas para migrantes a menor assistência foi de migrantes"*. Jane informou que há um protocolo de 2019 tramitando referente a alteração da lei e que irá encaminhar a todos os conselheiros e conselheiras o '.pdf' do protocolo após sair da Secretaria de Planejamento. Danilo sugeriu que antes mesmo de criar um GT para tratar das mudanças na lei/regimento interno, aguarde-se o retorno do protocolo citado pela Jane para encaminhar para todos (as) representantes do conselho, para assim, constituir um grupo de trabalho específico. Portanto, a formação de um GT para revisão da lei e do regimento interno do



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

CERMA será pautada na próxima reunião após os conselheiros e conselheiras terem tido conhecimento do protocolo - que será encaminhado pela Jane/Evlin. **6. Associação dos Estrangeiros de Maringá:** Gabriela solicitou que a secretaria executiva fale sobre a denúncia recebida pela Associação de Estrangeiros de Maringá e que a Marina também explicitasse sobre colher encaminhamentos sobre. Marina - da Cáritas Arquidiocesana de Maringá - indicou que não é representante da AERM, mas participou em conjunto da elaboração da denúncia contra a Universidade Estadual de Maringá, pois segundo ela, ocorreu uma violação após uma deliberação do Conselho de Ensino de Pesquisa e Extensão da UEM. Isto se deve, pela publicação da Resolução 003/2022 e nela foi aprovado um regulamento do processo de aproveitamento de vagas remanescentes e em sua primeira publicação ela extinguiu a Resolução 026 - que é a que trata especificamente da questão dos migrantes e refugiados. Entendendo-se que foi um erro de redação, o Conselho de Ensino de Pesquisa e Extensão republicou a resolução, porém, a nova resolução dá margem para uma interpretação que pode, de certa forma, prejudicar a inserção dos migrantes e refugiados na UEM. Na resolução específica para os migrantes e refugiados existe uma porcentagem de vagas exclusiva para eles, depois que ocorre o vestibular e as vagas são preenchidas - e ainda sobram as vagas remanescentes dos cursos - antes desta nova resolução: 10% das vagas eram destinadas à população migrante ou refugiada. O grande problema que vêm ocorrendo é de que a UEM ainda não se manifestou sobre isso e está gerando dúvidas acerca destes 10% específicos para os (as) migrantes e refugiados (as), colocando-os para concorrerem com os (as) brasileiros (as) de forma injusta, pois é de senso comum que os (as) brasileiros terão vantagens principalmente em questão da língua e familiaridade com as matérias estudadas. Além disso, há um certo desdém da UEM com a questão, pois é de conhecimento que a universidade possui um Comitê que trata do assunto dos migrantes e refugiados e apesar da AERM/Cáritas terem encaminhado um pedido de reconsideração da nova resolução, a UEM não se manifestou - até o presente momento. Portanto, a denúncia foi trazida ao CERMA - além do Conselho Municipal de Maringá - para que de alguma forma a Resolução 026 seja efetivamente cumprida - principalmente porque o período de inscrição nas vagas remanescentes está próximo e é muito curto. Márcia propôs que a Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos se reunisse nesta semana para avaliar a denúncia apresentada pela Marina, pois é competência deste conselho junto com o Ministério Público encaminhar um ofício com o prazo de 10 dias para esclarecimentos por parte da UEM. Marina indicou que o prazo para início das inscrições da 3ª Chamada de migrantes e refugiados é 18 de Julho. **7. Convite a CELEPAR para tratar dos Sistemas:** Márcia indicou que vêm sendo realizadas algumas capacitações - pela Cáritas, ACNUR e etc - em relação ao tema da migração e refúgio em Araucária, Ponta Grossa, Londrina e etc. Nestas capacitações está aparecendo muito a questão de que dentro dos sistemas não há a capacidade de dar visibilidade - pelas limitações do sistema - de identificação das pessoas migrantes. Como por exemplo: Há a opção de países como Estados Unidos, Canadá e países da Europa; já os países latinoamericanos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

são todos englobados pela opção 'América Latina'. Portanto, Márcia sugeriu que o pessoal responsável da CELEPAR seja convidado a participar da próxima reunião para debater o aperfeiçoamento dos sistemas. Evlin mencionou que é necessário listar todas as mudanças que o conselho deseja antes de encaminhar para a CELEPAR. Márcia sugeriu que o conselho realize uma avaliação em conjunto para listar todos os tópicos que necessitam de alterações/inclusões e posteriormente apresente uma proposta para a CELEPAR. Danilo sugeriu que a Comissão de Gestão de Informação se reúna e construa um documento para ser aprovado pela Mesa Diretiva e encaminhado à CELEPAR. **8. Fluxo de Encaminhamento CERMA/Polícia Federal:** Danilo realizou a seguinte leitura de um trecho do Ofício nº 3312022/DELEMIG/DREX/SR/PF/PR: *"Sobre o número de atendimentos, tal informação é controlada pelo órgão central especificamente ao SADIP/CGPI/DIREX/PF por esse motivo a solicitação foi encaminhada ao referido setor que analisará a prestação da informação. Tão logo tenhamos resposta ela será encaminhada ao CERMA. A respeito do tema 'Implementação de operação semelhante a 'Operação Horizonte' que ocorre em São Paulo (SP). A signatária em conjunto com os funcionários do setor de migração desta DELEMIG analisou as condições atuais de agendamento e verificou a possibilidade de disponibilizar 50 vagas todas as quartas-feiras para migrantes encaminhados pelo CERMA, os horários serão encaminhados por e-mail. Solicita-se aos membros do CERMA para que defina um ponto focal para continuação das tratativas, bem como que combinem entre si o número de migrantes que será destinado a cada entidade de apoio. Solicito que, assim que possível, tais informações sejam passadas ao e-mail. Por parte da Polícia Federal, num primeiro momento, o ponto focal será a própria signatária. Os atendimentos serão exclusivamente para público migrante em situação de vulnerabilidade e dificuldades de acesso às plataformas digitais nos moldes da 'Operação Horizonte'. Reunião Extraordinária junto a todos os representantes do setor de migração da Polícia Federal do Estado do Paraná. A signatária, não tendo autoridade para convocação de reunião desta natureza, encaminhou os autos ao Sr. Superintendente para análise e se autorizado, agendamento da reunião."* Márcia sugeriu que o ponto focal seja alguma das associações para distribuir as vagas disponibilizadas. Danilo complementou que pode ser mais de uma associação/entidade. Rockmillys destacou que cada caso possui suas particularidades e sugeriu que o CERMA forme uma equipe - um (a) representante de cada entidade. Gabriela sugeriu que seja um instituto que não atue diretamente na assistência, pois este já tem o contato com as associações e conhece os atores que possam organizar e desafogar o atendimento - além de uma aproximação da Comissão de Monitoramento com o instituto. Portanto, foi deliberado que o Instituto de Políticas Públicas Migratórias por meio da Isabela será o ponto focal a ser indicado pelo CERMA para fins de indicação dessas vagas à Polícia Federal, bem como, receber a documentação das indicações das 50 vagas semanais, realizando mensalmente uma prestação de contas para o colegiado do CERMA enquanto ponto focal indicado pelo mesmo. Elizete solicitou que o CERMA realize um levantamento não somente da RMC, mas também das demais regiões do Estado, pois este é um conselho estadual. Danilo



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

expressou que no ofício que irá indicar o instituto - e a comissão - também poderá constar esses questionamentos trazidos pela conselheira sobre as demais regiões do Estado do Paraná. **9. Seminário SESP:** Cláudio indicou que o primeiro seminário tratou sobre pessoas com deficiência e teve um excelente resultado nos (as) policiais e no segundo seminário deverá ser ampliado ainda mais, contando com as pessoas da sociedade civil que queiram participar do evento. O segundo evento provavelmente será realizado nos próximos 90 dias, tendo um período de adaptação e correção de alguns erros, analisando assim, os planos estaduais buscando cumprir o que a sociedade previu em seus respectivos conselhos. **10. Informes:** Márcia informou que ela e Danilo irão para Natal (RN) no mês que vem, conforme deliberado pela Mesa Diretiva para comparecer no dia 25 na reunião do Fórum de Conselhos e Comitês, trazendo na próxima reunião do conselho um resumo deste tratado que será firmado em Natal (RN). **11. Encerramento:** Por fim, após o debate de todas as pautas, Danilo agradeceu a presença de todos e todas presentes e encerrou a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.